

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 750, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Altera a Agenda Regulatória para o
ciclo 2015-2016.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), publicada no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o processo de gestão estratégica orientada a resultados implantado na Agência e suportado por seu Plano Estratégico 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.210989/2015-88;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 803, realizada em 23 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Agenda Regulatória da Anatel para o ciclo 2015-2016, aprovada por meio da Portaria nº 1.003, de 11 de dezembro de 2015, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **João Batista de Rezende, Presidente do Conselho**, em 29/06/2016, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0612408** e o código CRC **75C5D60F**.

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA 2015-2016

Planilha eletrônica na forma do SEI nº 0606991.

Referência: Processo nº 53500.210989/2015-88

SEI nº 0612408

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS ENVOLVIDAS	METAS			Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
				2º/2015	1º/2016	2º/2016				
1	Elaborar posicionamento da Anatel para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no MCI	No Brasil, o conceito de neutralidade de rede foi estabelecido legalmente no Marco Civil da Internet – MCI (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), o qual determina que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. O MCI também prevê que a discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada pelo Presidente da República, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações. Esta ação regulatória visa construir o posicionamento da Anatel para subsidiar a referida regulamentação.	SPR / SRC / SCP / AIN		Aprovação Final					
2 (*)	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações	Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Este projeto inclui também a revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 31 de dezembro de 2016 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.	SPR / SOR / SCP / SRC / SCO / SFI		Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final			
4	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações, atualmente regido pela Resolução nº 274, de 5 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.	SPR / SCP			Consulta Pública				
6	Reavaliação da regulamentação sobre acessibilidade	Elaboração de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações (RGA), visando estabelecer regras para propiciar às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e informação, no intuito de incorporar os preceitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e consolidação das regras esparsas	SPR / SCO / SRC / SFI / SOR	Consulta Pública	Aprovação Final					
7	Reavaliação da regulamentação de obrigação de universalização	Reavaliação da regulamentação que trata das obrigações de universalização em razão do novo Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU.	SPR / SCO / SRC / SCP		Relatório de AIR Consulta Pública					
9	Reavaliação dos procedimentos de acompanhamento e controle de obrigações	Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.	SPR / SCO / SCP / SOR / SFI / SRC		Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final			
10 (**)	Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações	Reavaliação do arcabouço normativo afeto à qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à Anatel e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas. Este projeto inclui também a reavaliação do arcabouço normativo sobre interrupções na prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, visando principalmente estabelecer regramentos claros no que diz respeito à caracterização das interrupções, bem como sobre as obrigações de informação aos usuários e de ressarcimento dos valores pagos proporcionalmente ao tempo de indisponibilidade de tais serviços.	SPR / SCO / SRC / SCP / SFI / SOR / ATC		Relatório de AIR	Consulta Pública				

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS ENVOLVIDAS	METAS			Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
				2º/2015	1º/2016	2º/2016				
11	Reavaliação da regulamentação de pesquisa da qualidade percebida e da satisfação dos usuários de serviços de telecomunicações	Reavaliação da regulamentação afeta à realização de pesquisas junto aos usuários de serviços de telecomunicações para aferir o grau de satisfação e da qualidade percebida, buscando atualizar os normativos existentes, bem como convergir as regras que regem tais pesquisas para os diversos serviços de telecomunicações.	SRC / SPR	Aprovação Final						
13	Reavaliação do modelo de gestão de espectro	Reavaliação do atual modelo brasileiro de gestão do espectro de radiofrequências considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais no que diz respeito ao planejamento deste espectro, o monitoramento de seu uso eficiente, às formas de autorização e custos relacionados, às práticas de compartilhamento, às políticas econômicas e de desenvolvimento industrial e tecnológico, entre outros.	SOR / SPR		Relatório de AIR	Consulta Pública				
14	Reavaliação da regulamentação de uso de espectro	Reavaliação da regulamentação que rege o uso do espectro de radiofrequências, atualmente estabelecida pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, especialmente no que tange aos seguintes aspectos: (i) exploração industrial de radiofrequências; (ii) prazo para o início da exploração efetiva da radiofrequência; (iii) outorga de direito de uso de radiofrequência em caráter secundário para outros agentes que não os autorizados em caráter primário; (iv) harmonização de conceitos; (v) preço a ser cobrado pela outorga do direito de explorar serviço de telecomunicações adicional nos casos de multidestinação de faixa; (vi) outros aprimoramentos na regulamentação.	SOR / SPR		Aprovação Final					
15	Reavaliação da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC	Reavaliação do arcabouço normativo estabelecido para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC por meio da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, especialmente no que diz respeito ao tratamento isonômico a ser dispensado pelos prestadores deste serviço no carregamento dos canais obrigatórios, conforme disposto no artigo 52 da referida regulamentação, principalmente para as tecnologias de distribuição que utilizam meios satelitais. Busca avaliar também o procedimento para dispensa do carregamento de tais canais em virtude de limitação técnica, o procedimento de outorga e transferência deste serviço e os regramentos sobre a acessibilidade de tal serviço aos portadores de algum tipo de deficiência.	SPR / SCO / SCP		Consulta Pública	Aprovação Final				
16	Reavaliação da regulamentação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	Reavaliação da regulamentação sobre o procedimento de outorga em regime privado e acompanhamento das transferências de autorização e controle do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, atualmente regida pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001.	SPR / SCO / SCP		Aprovação Final					
17	Reavaliação de critérios para isenção de outorga de serviços	Estabelecimento de critérios para definição dos casos que independarão de outorga para a exploração de serviço de telecomunicações em regime privado, conforme previsto no §2º do artigo 131 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), visando a simplificação do procedimento de outorga, bem como a minimização dos custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores, mas garantindo, por outro lado, a identificação e rastreabilidade dos diversos agentes prestadores de serviços de telecomunicações, outorgados ou não pela Agência.	SPR / SOR	Consulta Pública	Aprovação Final					
18	Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de telecomunicações	Reavaliação dos atuais procedimentos de outorga para exploração de serviços de telecomunicações, bem como de licenciamento de estações, considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais. Busca-se avaliar o impacto de tais procedimentos burocráticos na prestação dos serviços, especialmente no que diz respeito ao tempo e aos custos até a entrada em operação, bem como o estabelecimento de barreiras à entrada e, conseqüentemente, de menores níveis de competição nestes mercados. Visa, também, simplificar os processos e, assim, minimizar os custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores de serviços de telecomunicações, principalmente nos casos de uso compartilhado das estações por mais de um prestador ou para mais de um serviço de telecomunicações.	SOR / SPR		Relatório de AIR	Consulta Pública				
19	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.	SCO / SPR		Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final			

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS ENVOLVIDAS	METAS			Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
				2º/2015	1º/2016	2º/2016				
20	Reavaliação da regulamentação sobre interconexão	Reavaliação do arcabouço normativo afeto à interconexão de redes no intuito de minimizar a existência de conflitos, relacionados principalmente à inadimplência dos valores devidos a título de remuneração pelo uso de redes, ao uso fraudulento desta interconexão e à oferta de trânsito e transporte. Além disso, há que se reavaliar outros aspectos da regulamentação, especialmente no que diz respeito a sua atualidade tecnológica e à modernização dos procedimentos administrativos ali previstos. (e à remuneração pelo uso de redes)	SPR / SCP	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final				
21	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes de telecomunicações	Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração	SOR / SPR		Relatório de AIR					
22	Reavaliação da regulamentação do Plano Geral de Contas	Reavaliação do Plano Geral para Separação e Alocação de Contas - PGSAC previsto no Apêndice C do Regulamento de Separação e Alocação de Contas, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, considerando as características dos diversos modelos de custos previstos na Resolução nº 639, de 1º de julho de 2014.	SCP / SPR		Relatório de AIR					
23	Reavaliação da regulamentação sobre a metodologia do fator X	Reavaliação da metodologia sobre cálculo do Fator de Transferência "X" aplicado nos reajustes de tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, atualmente determinada pela Resolução nº 507, de 16 de julho de 2008.	SCP / SPR	Relatório de AIR	Consulta Pública Aprovação Final					
24	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes	Revisão dos mercados relevantes e as das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano .	SCP / SPR / ATC	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final				
25	Elaboração da regulamentação sobre homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado	Estabelecimento de procedimentos para a homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado - ORPAs previstas no PGMC, especialmente no que diz respeito à análise de replicabilidade de preço, prazo e qualidade das ofertas de varejo de grupos detentores de Poder de Mercado Significativo - PMS nos mercados de atacado pelos grupos sem PMS nos mesmos mercados de atacado, bem como sobre a atuação da Agência nos casos de não apresentação ou atualização destas ORPAs, adesão dos grupos sem PMS às condições das novas ORPAs, entre outros.	SCP / SPR		Consulta Pública	Aprovação Final				
26	Desenvolver requisitos técnicos para a certificação de terminais fixos para verificar o suporte ao protocolo IPv6	Estabelecimento dos requisitos para a certificação de terminais fixos no intuito de garantir que suporte o Protocolo de Internet em sua versão 6 (IPv6), de maneira a garantir, juntamente com a implantação deste protocolo nas redes de telecomunicações, recursos de numeração suficiente para suprir o crescimento destas redes.	SOR	Aprovação Final						
27	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de produtos para telecomunicações, atualmente regidos pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000, visando atualizar as regras e os procedimentos gerais a tais temas.	SOR / SPR		Relatório de AIR					
28	Reavaliação da regulamentação sobre exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência	Reavaliação da regulamentação que trata da exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência, em especial a Resolução nº 303, de 2 de julho de 2002, com vistas à sua adequação à Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que estabeleceu novas competências à Anatel e introduziu novas exigências de medição às prestadoras de serviços de telecomunicações.	SOR / SPR	Relatório de AIR	Consulta Pública					
29	Avaliação da regulamentação sobre acompanhamento de infraestruturas críticas e mitigação de desastres	Estabelecimento de medidas relativas ao gerenciamento do risco das redes e serviços de telecomunicações e de preparação e resposta a serem tomadas na ocorrência de desastres, situações de emergência e estado de calamidade pública.	SCO / SPR	Aprovação final						
30	Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações	Edital de Licitação para autorização de sobras de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada.	SPR / SCP / SOR	Consulta Pública Aprovação Final						
31	Reavaliação do modelo de tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte	Avaliação da viabilidade de unificação do conceito de Prestadora de Pequeno Porte no âmbito da regulamentação expedida pela Agência, abrangendo possível proposta de definição única ou de conceitos para fins de distribuição de competências entre CD e Superintendência de Competição quanto ao tratamento dos pedidos de anuência prévia relacionados no Regimento Interno da Anatel. Abrange ainda a viabilidade de se criar um "estatuto da Prestadora de Pequeno Porte" que reúna a disciplina regulatória a elas direcionada.	SPR / SCP / SOR / SRC			Relatório de AIR				
32	Proposta de revogação do Regulamento para Certificação do Cartão Indutivo, aprovado pela Resolução nº 471, de 5 de julho de 2007	Certificação de novos materiais e novas tecnologias para fabricação de meios de pagamento para utilização em telefones de uso público, de forma mais célere, acompanhando a evolução tecnológica.	SPR / SOR / SCO			Aprovação Final				

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS ENVOLVIDAS	METAS			Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
				2º/2015	1º/2016	2º/2016				
33	Regulamento do Processo Eletrônico na Anatel	Morosidade dos processos administrativos em parte pela tramitação de processos em meio físico e em sequência linear, inibindo o compartilhamento e o tratamento do processo pelos envolvidos em sua análise e decisão; Alto gasto com papel, contratos de outsourcing de impressão; Falta de agilidade na disponibilidade da informação aos interessados; Processo físico oneroso também para o cidadão: possibilidade do cidadão ou interessado enviar eletronicamente documentos digitais para juntada em algum processo e diminuir o gasto decorrente tanto pela Anatel como pelos interessados.	SPR / SGI							
34	Norma para Certificação e Homologação de transceptores ponto-a-ponto	Rápida desatualização das normas de certificação e homologação de transmissores e transceptores digitais para o serviço fixo, decorrente da constante inovação tecnológica do setor de telecomunicações e da publicação de novos planos de canalização e destinação de faixas de frequências (elaborados e publicados pela Anatel), gerando grande risco de se inviabilizar ou retardar o uso das novas tecnologias no País.	SPR / SOR							
35	Regulamento para a Arrecadação de Receitas Tributárias da Anatel	Atualmente, a regulamentação dos tributos cobrados pela Anatel, realizada por meio das Resoluções nº 247/2000 e nº 255/2001, apresenta inconsistências com o texto legal e normas vigentes, além de não especificar solução jurídica para alguns dos problemas enfrentados pela área responsável pela arrecadação. As lacunas e inadequações na normativa atual se devem à existência de erros técnicos na elaboração do seu texto e ao grande lapso temporal transcorrido desde a sua edição (aproximadamente, 15 anos). A revisão completa dessas resoluções e sua posterior consolidação em um único instrumento normativo é absolutamente necessária, sob pena de aumentar o número de demandas judiciais envolvendo os tributos em questão e tornar ainda mais grave o quadro de insegurança jurídica ao qual estão submetidas as prestadoras e os agentes públicos responsáveis pela arrecadação e processamento das demandas administrativas (PAFs). Além disso, deve-se considerar o fato de que a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, um dos tributos cuja cobrança compete à Agência, não foi regulamentada ainda. Portanto, à oportunidade de revisar as resoluções mencionadas soma-se a necessidade evidente de regulamentar a CFRP, com a elaboração de um único regulamento que contemple todos os tributos cuja capacidade tributária ativa foi atribuída à Anatel.	SPR / SAF							
36	Regulamento de Restituição e Compensação de Receitas Administradas pela Anatel	A insegurança jurídica gerada pela ausência de regulamento próprio, na medida em que inexistem regras específicas e minudenciadas acerca das instâncias que devem ser percorridas para a compensação e a restituição de receitas administradas pela Anatel. Também é possível indicar, como decorrência, a falta de transparência para o administrado com relação a tal processo, bem como, em certa medida, a ineficiência dos trâmites administrativos relacionados.	SPR / SAF							
37	Revogação de Práticas Telebrás	A decisão da Telebrás de Revogar as antigas Práticas Telebrás pode gerar desconforto no setor, podendo conduzir a interpretações adversas, haja vista que a Anatel ainda utiliza tais instrumentos como referência técnica no âmbito de suas atividades.	SPR / SOR / SCO							
38	Destinação de RF - prorrogação do AMPS	Trata-se de necessidade de refletir na regulamentação a prorrogação do prazo para utilização de sistemas analógicos em aplicações do serviço móvel para suporte aos sistemas utilizados na prestação do SMP e do STFC, previamente autorizada pelo Conselho Diretor.	SPR / SOR							
39	Destinação de RF - faixas em 15 GHz	A atual regulamentação brasileira tornou-se obsoleta e passou a limitar o uso de equipamentos mais modernos, além de restringir a taxa de transmissão dos atuais enlaces na faixa de 15 GHz.	SPR / SOR							
40	Destinação de RF - faixas para o SARC	Necessidade de destinações de faixas adicionais para os serviços SARC, RpTV e CFTV visando a mitigar os problemas de interferência e propagação.	SPR / SOR							
41	Destinação de RF - faixa de 148-174 MHz	A regulamentação vigente estabelece prazo para que as detentoras de radiofrequência nessa faixa possam utilizar sistemas analógicos em caráter primário. No entanto, nos últimos anos, diversas entidades públicas têm solicitado prorrogação e/ou novas autorizações visando a continuidade da operação de sistemas analógicos, alegando, como principais motivos, a complexidade da substituição dos sistemas em operação, a falta de orçamento para novas aquisições e a longevidade dos equipamentos em uso. Ainda, foram solicitados diversos pleitos para que sejam estabelecidos canais preferenciais do SLP em aplicações do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU), em aplicações de comunicações ferroviárias e metroviárias, e para entidades que atuam no fornecimento de água, energia elétrica e gás.	SPR / SOR							

SEQ.	PROJETO/AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS ENVOLVIDAS	METAS			Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
				2º/2015	1º/2016	2º/2016				
42	Reavaliação da Metodologia de precificação de direitos de uso de radiofrequência previstos no Regulamento de Cobrança do PPDUR	A atual regulamentação não traz parâmetros e metodologia que possa ser utilizada para o cálculo do valor de mercado do espectro de radiofrequências, tampouco para a metodologia de cobrança do valor do espectro.	SPR / SOR / SCP			Aprovação Final				
43	Avaliação da redução de velocidade, suspensão de serviço ou de cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia de banda larga ofertada pelas prestadoras de SCM	Estudo sobre a prática de redução de velocidade, suspensão de serviço ou de cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia de banda larga fixa ofertada por prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, conforme deliberado pelo Conselho Diretor por meio do Circuito Deliberativo nº 40, realizado em 8 de junho de 2016.	SPR / SCP / SRC			Relatório de AIR				
44	Destinação de RF - faixas exclusivas para o FSS na banda KA	Trata-se de proposta de limitar o uso de uma subfaixa de 500 MHz da banda Ka para uso específico por sistemas de satélites.	SPR / SOR			Aprovação Final				
45	Destinação de RF - faixas relativas ao Serviço de Radioamador	Trata-se de revisão da destinação e do regulamento de canalização e condições de uso das faixas do Serviço de Radioamador para adequar as condições à regulamentação internacional e retirar do regulamento atual critérios técnicos que não precisam constar de instrumento normativo.	SPR / SOR			Consulta Pública				
46	Destinação de RF - Regulamentação da Banda S	Revisão das faixas de 1980-2025 MHz e de 2160-2200 MHz.	SPR / SOR			Consulta Pública				

(*) Os itens 3 e 5 da Agenda Regulatória 2015-2016 anterior foram incorporados ao item 2

(**) Os itens 8 e 12 da Agenda Regulatória 2015-2016 anterior foram incorporados ao item 10


LEGENDA

 Ação concluída

- Obj. 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
- Obj. 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
- Obj. 3 Promover a satisfação dos consumidores
- Obj. 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

 Alta correlação

 Média correlação

 Baixa ou nula correlação